

**Portaria n.º 486/89:**

Sujeita ao regime cinegético especial as propriedades denominadas «Cela, Milhano e Outras», situadas na freguesia e concelho de Mértola..... 2537

**Ministério das Obras Públicas,  
Transportes e Comunicações**

**Decreto-Lei n.º 209/89:**

Cria o conselho administrativo do Conselho de Mercados de Obras Públicas e Particulares e define o regime jurídico da carreira de operador de reprografia 2538

**Ministério da Saúde****Decreto-Lei n.º 210/89:**

Transfere para o Departamento de Recursos Humanos a orientação, coordenação e avaliação do ensino ministrado nas escolas de enfermagem dependentes do Ministério da Saúde. Altera o quadro de pessoal aprovado pelo Decreto-Lei n.º 513-V/79, de 27 de Dezembro, e revoga o Decreto-Lei n.º 496/74, de 27 de Setembro 2539

**Região Autónoma dos Açores****Assembleia Regional****Decreto Legislativo Regional n.º 4/89/A:**

Estabelece o regime jurídico do pessoal não docente dos estabelecimentos de ensino não superior ..... 2540

**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA****Lei n.º 13/89**

de 29 de Junho

**Autorização ao Governo para legislar em matéria  
de recursos geológicos**

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 164.º, alínea d), 168.º, n.º 1, alíneas b), c), i) e x), e 169.º, n.º 2, da Constituição, o seguinte:

**Artigo 1.º****Objecto**

Fica o Governo autorizado a legislar relativamente ao aproveitamento dos recursos geológicos e legislação complementar, de acordo com o disposto nos artigos seguintes.

**Artigo 2.º****Sentido e extensão****1 — A presente autorização legislativa visa:**

- a) A definição legal dos vários tipos de recursos geológicos;
- b) A delimitação legal dos recursos geológicos que se integram no domínio público;
- c) O estabelecimento do regime legal e fiscal a que ficam sujeitas as actividades de prospecção, pesquisa e exploração dos recursos, bem como a definição do quadro das inerentes restrições ao direito de propriedade.

2 — A legislação a estabelecer pelo Governo nos termos do número anterior deve respeitar, designadamente, os seguintes princípios:

- a) Garantir a sua aplicação ao aproveitamento de recursos geológicos diversos, de molde a abarcar também aqueles cuja importância económica se acha recentemente revelada, mercê das

novas técnicas utilizadas sob a pressão das exigências colectivas tendentes à elevação contínua dos padrões de vida nacionais;

- b) Consagrar o contrato administrativo como a figura jurídica adequada à constituição de direitos de prospecção, pesquisa ou de exploração sobre os recursos que se integram no domínio público;
- c) Assegurar a eficaz protecção dos interesses nacionais ou regionais, designadamente os ligados à defesa da saúde pública e protecção do ambiente, quanto às actividades de aproveitamento dos recursos, nomeadamente através da previsão de condicionamentos e proibições;
- d) Prever a existência de perímetros de protecção nas áreas de exploração de recursos hidrominerais e de água de nascente, com vista a garantir a disponibilidade da água e a manutenção das suas características físico-químicas e microbiológicas, bem como a eficaz gestão daqueles recursos, na perspectiva da sua exploração racional, da defesa do ambiente e da saúde pública e do desenvolvimento turístico, quando for caso disso;
- e) Sujeitar as actividades de exploração dos recursos geológicos e o seu abandono ao cumprimento de medidas de recuperação paisagística;
- f) Garantir a defesa do interesse público na atribuição de licenças de prospecção e pesquisa ou concessões de exploração sobre os recursos do domínio público;
- g) Salvaguardar a hipótese de rescisão, por declaração do Estado, dos contratos administrativos firmados, quando se verifique o não cumprimento das obrigações estipuladas, bem como a possibilidade de punição da prática de actos ilícitos;
- h) Prever a definição pelo Governo de medidas preventivas sobre as áreas para o aproveitamento de recursos, bem como a declaração de áreas cativas, para prospecção e exploração, sempre que o interesse nacional ou regional assim o justifique;
- i) Consignar as condições de atribuição destes direitos sobre recursos geológicos, de modo a afectá-los o mais possível *intuitu personae*.

## Artigo 3.º

## Duração

A autorização concedida por esta lei tem a duração de 180 dias contados da sua entrada em vigor.

Aprovada em 9 de Maio de 1989.

O Presidente da Assembleia da República, *Vitor Pereira Crespo*.

Promulgada em Angra do Heroísmo em 5 de Junho de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, MARIO SOARES.

Referendada em 14 de Junho de 1989.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

## Decreto-Lei n.º 207/89

de 29 de Junho

Considerando a necessidade de actualizar os valores das remunerações dos membros das vistorias técnicas aos recintos de espectáculos e divertimentos públicos, cuja última actualização ocorreu em 1985, bem como a necessidade de actualizar as taxas a que se refere o Decreto-Lei n.º 42 660, de 20 de Novembro de 1959;

Considerando que os valores das remunerações não foram devidamente compensados de acordo com o disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 415/87, de 31 de Dezembro:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º Os montantes das taxas para apresentação e apreciação de projectos, das taxas de registos, de registos especiais e diversos, de certificados dos registos dos representantes dos autores, de exame e classificação dos diversos elementos de espectáculos, bem como os vistos e remunerações dos membros das comissões de vistorias a que se refere o Decreto-Lei n.º 42 660, de 20 de Novembro de 1959, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 456/85, de 29 de Outubro, são fixados mediante despacho conjunto do Ministro das Finanças e do membro do Governo responsável pela área da cultura.

Art. 2.º O disposto no artigo anterior produz efeitos a partir do dia 1 de Junho de 1989.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 4 de Maio de 1989. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe*.

Promulgado em 16 de Junho de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, MARIO SOARES.

Referendado em 20 de Junho de 1989.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

## Decreto-Lei n.º 208/89

de 29 de Junho

Por despacho do Ministro das Finanças foi oportunamente criada, no âmbito do Conselho Nacional das Bolsas de Valores, a Secção Especializada para o Decreto-Lei n.º 8/74, tendo por objecto rever aprofundadamente o regime da estrutura, funcionamento, disciplina e fiscalização do mercado português de valores mobiliários e dotá-lo de uma nova matriz legislativa, que, consagrando essa indispensável reformulação e modernização, pudesse simultaneamente responder ao previsível dinamismo da sua evolução futura.

Encontram-se em vias de conclusão os trabalhos da Secção Especializada no tocante ao diploma quadro dessa reforma, em pleno acordo, aliás, com orientações que foram, entretanto, submetidas ao Governo e aprovadas por este, com o parecer favorável do Conselho Nacional das Bolsas de Valores.

De entre as inovações que a reforma introduz, destaca-se a criação de uma Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, à qual passará a caber, na formulação básica do diploma quadro acima referido, a generalidade dos poderes de supervisão, regulamentação e fiscalização dos mercados primário e secundário de títulos, que presentemente se concentram, directa ou indirectamente, no Ministro das Finanças.

É manifesta a conveniência de esta Comissão poder entrar em funcionamento, se possível, logo que entre em vigor o diploma quadro que a institui e que consagra toda a nova estrutura dos mercados de valores mobiliários.

Para tanto, porém, indispensável se torna iniciar desde já, através de uma comissão qualificada, as diligências de estruturação geral, organização, instalação e regulamentação interna desse novo órgão do mercado.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º — 1 — Será nomeada, por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças, uma comissão instaladora da futura Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), composta por um presidente e dois vogais.

2 — A comissão instaladora manter-se-á em funções até à data da posse do conselho directivo da CMVM.

Art. 2.º Compete à comissão instaladora da CMVM:

- Praticar todos os actos necessários à estruturação, instalação e início da actividade da CMVM;
- Acompanhar a preparação em curso do diploma quadro e diplomas complementares relativos ao mercado de valores mobiliários, a cargo da Secção Especializada para o Decreto-Lei n.º 8/74 do Conselho Nacional das Bolsas de Valores;
- Elaborar, em articulação com a referida Secção Especializada, ou colaborar com ela na elaboração dos projectos de regulamento destinados a dar execução aos diplomas abrangidos pela alínea anterior, tendo em vista a sua aprovação e entrada em vigor logo que comece a funcionar a CMVM.